



Patrícia de Melo Moreira

Estima-se que passemos mais de 90% do tempo dentro de portas

A má qualidade do ar nas casas é a causa de 30% das mortes

Ausência de fiscalização é apontada pela Ordem dos Engenheiros como uma das principais causas

SOLANGE SOUSA MENDES
solange.mendes@ionline.pt

A qualidade do ar nas casas é uma das principais causas de morte prematura em Portugal. 23% dos portugueses não atingem os 70 anos e 30% dessas mortes estão directamente relacionadas com a qualidade do ar interior, revelou o director-geral da Saúde, Francisco George, na conferência A Integração da Qualidade do Ar Interior e da Eficiência Energética em Edifícios. "Não escolhemos o ar que respiramos. Dependemos da qualidade do ar interior e é preciso ter em conta a possibilidade de este estar poluído", disse.

Existem milhares de edifícios com má qualidade do ar interior, devido à má concepção, à deficiente construção e à má utilização ou utilização abusiva dos espaços, alertou também Serafim Graña, coordenador da especialização em engenharia de climatização da Ordem dos Engenheiros. A mesma fonte explicou ao *i* que, já a partir da primeira metade do século XX e para se rentabilizar custos, se começaram a construir edifícios de habitação com áreas reduzidas e pés direitos baixos e também edifícios de serviços influenciados pelo que se ia construindo lá fora, com graves lacunas ao nível do que hoje designamos por conforto ambiental. "O conforto acústico, térmico, visual e da qualidade do ar interior era praticamente inexistente porque não havia a percepção, por par-

te dos agentes de construção, dessas necessidades, que hoje se reconhecem como indispensáveis", acrescentou.

Tendo em conta que se estima que podemos passar mais de 90% do nosso tempo no interior de edifícios, o interesse pelo conforto global nos prédios, nomeadamente nos locais de trabalho, tem vindo a aumentar, porque têm sido detetados cada vez mais problemas, alguns de forte impacto na saúde dos ocupantes. Contudo, Serafim Graña considera que, apesar de ainda não estarmos perante um estado de calamidade pública, "é imperioso que sejam desencadeadas acções e tomadas medidas efectivas no sentido da monitorização dos edifícios", até porque já vai havendo conhecimento das situações, quer ao nível da sociedade civil, quer ao nível da administração pública e do governo.

As auditorias periódicas por técnicos habilitados são uma das formas apontadas pelo engenheiro para converter esta situação.

Portugal já tinha vindo a desenvolver essa prática, com a entrada em vigor do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios, embora ainda com muitas limitações. Essas auditorias permitiam ter um conhecimento real do que se estava a passar nos edifícios existentes e acautelar a não ocorrência de anomalias nos novos. Só que, segundo Grãna, as fiscalizações, com a nova legislação, foram abruptamente interrompidas. "É nosso entender que a legislação deverá ser revista", acrescentou o profissional, que responsabiliza todos os ocupantes dos edifícios, os responsáveis administrativos e os técnicos qualificados responsáveis pelo seu funcionamento e, "em última, ou se quisermos em primeira instância, as entidades públicas e o governo".